GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

GLÁUCIA SILVA SOARES

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo a análise da gestão democrática no contexto das instituições de educação infantil, bem como perceber os desafios na trajetória da implantação desse sistema nessa etapa da educação básica, para tanto, nos debruçamos na produção de autores renomados da área da educação, destacamos a relevância da participação coletiva na tomada de decisões, enfatizamos que a concepção de gestão democrática é fundamental para promover uma educação de qualidade que valorize a autonomia, a criatividade e o protagonismo dos sujeitos envolvidos no processo educativo. Nesse sentido, percebemos que a implantação da gestão democrática na educação infantil implica em uma mudança de paradigma em que a tomada de decisão é compartilhada entre os diversos segmentos da comunidade escolar e que esse modo de gestão contribui para a formação de cidadãos críticos e participativos.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão democrática; Educação Infantil; Participação coletiva; Projeto Político-Pedagógico; Formação cidadã.

INTRODUÇÃO

A gestão escolar concebida sob a perspectiva democrática caracteriza-se por uma organização institucional baseada no envolvimento coletivo dos sujeitos que compõem a comunidade escolar, com o objetivo de aprimorar a qualidade do processo educativo. Nesse modelo de gestão, todos os participantes - direta ou indiretamente - aprendem com a instituição e contribuem para sua construção, o que torna fundamental a participação ativa e consciente de cada um.

A gestão democrática fundamenta-se na valorização do diálogo, da corresponsabilização e da descentralização do poder, promovendo a tomada de decisões de forma compartilhada. Essa concepção busca não apenas melhorar os resultados educacionais, mas também favorecer o desenvolvimento integral da criança, respeitando suas especificidades sociais, emocionais e cognitivas (PARO, 2016).

Nesse contexto, a gestão democrática dialoga com o Projeto Político Pedagógico (PPP), documento que expressa a identidade da instituição escolar. O PPP materializa os princípios da gestão democrática, pois é por meio dele que a escola define sua missão, seus objetivos, seus valores e suas metas pedagógicas. Construído de modo coletivo, esse documento deve refletir as necessidades da comunidade local, constituindo-se como um instrumento dinâmico e continuamente revisitado. Assim, a construção coletiva do PPP viabiliza, na prática, a efetivação da gestão democrática, garantindo que o poder decisório seja compartilhado entre os diversos seguimentos da comunidade escolar e fortalecendo o compromisso de todos com o projeto educativo.

POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO INFANTIL – UM BREVE HISTÓRICO

A trajetória da educação infantil no Brasil é marcada por avanços significativos, mas também por inúmeros desafios históricos. A forma como a sociedade compreende a infância, o cuidado e a educação das crianças é resultado de um processo histórico e social complexo, influenciado por fatores sociais, econômicos, políticos e culturais ao longo do tempo.

Historicamente, a criança nem sempre foi reconhecida como sujeito de direito. Em determinados períodos, era vista apenas como um “adulto em miniatura” sem necessidades próprias. De acordo com Aires (1981), o chamado “sentimento de infância” começa a se constituir na Europa a partir do século XVII, quando a criança passa gradativamente a ocupar um lugar de maior atenção no interior da família. Antes disso, sua representação social era praticamente inexistente.

Até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse à incompetência ou à falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância neste mundo (Aries,

1981, p. 17).

Nesse sentido, houve uma transformação no olhar da sociedade para infância, mas continua ser responsabilidade da família, exclusivamente da mãe, que se dedicava unicamente aos afazeres domésticos.

A trajetória da educação infantil, em especial a creche, está entrelaçada com a história da mulher de modo profundo e multifacetadas, refletindo a transformação nos papéis sociais femininos, especialmente a partir da Revolução Industrial, como afirma Oliveira:

A história da creche liga – se às modificações do papel da mulher na sociedade e suas repercussões no âmbito da família, em especial no que diz respeito a educação dos filhos. [...] a creche deve ser compreendida dentro de um contexto social que inclui a expansão da industrialização e do setor de serviços, ao mesmo tempo em que a urbanização se torna cada vez maior (Oliveira, 1992, p. 17).

À medida que o processo de industrialização se consolidava, o movimento feminista se fortaleceu e as reivindicação pelo direito e igualdade de oportunidades ganhou visibilidade social e política tendo como principal exigência a oferta de creches públicas para permitir que mulheres pudessem trabalhar sem a preocupação dos cuidados com os filhos.

O Brasil segue os passos europeus na criação de creches, mas se distanciou dos objetivos enquanto a Europa considerava fatores pedagógicos, o Brasil focou no assistencialismo e higienismo, devido aos altos índices de mortalidade infantil.

De acordo com Oliveira (1992, p.19) "A creche era também defendida, naquele período, por médicos e sanitaristas preocupados com a higiene das condições de vida da população mais pobre [...]".

As condições insalubres de moradia, a ausência de saneamento básico, a falta de acesso a água potável e de cuidados médicos adequados contribuíam para o elevado índice de doenças infecciosas entre as crianças. Nesse contexto, as creches surgiram como uma solução para retirar as crianças das ruas, promoção da saúde, para evitar a marginalidade e criminalidade das crianças de famílias pobres e estavam diretamente vinculadas a secretaria de assistência social.

Gradualmente, as reinvindicações pela oferta de creches pelo poder público se fortaleceram e foram acrescidas de novos elementos, surge a concepção da educação compensatória, influenciada pela teoria da privação cultural, acreditava-se que as crianças da população pobre precisavam de uma educação especial para compensar as lacunas e deficiências de seu ambiente, De acordo com Oliveira (1992), acreditava-se que o atendimento institucional poderia minimizar as desigualdades sociais enfrentadas por essas crianças.

Como resultado, consolidou-se uma educação infantil fragmentada, com forte desigualdade entre instituições públicas e privadas. Cabe mencionar que as instituições particulares, já nesse período, consideravam para o seu trabalho o desenvolvimento infantil, a criatividade, a sociabilidade, enquanto a pública se preocupava apenas com questões assistencialista e desse modo criando uma educação infantil desigual em contextos diferentes para crianças pobres e as mais favorecidas economicamente, segundo a autora:

Enquanto que crianças pobres eram atendidas em creches com propostas que partiam de uma ideia de carência e deficiência, as crianças mais ricas eram colocadas em ambiente estimuladores e consideradas como tendo um processo dinâmico de viver e desenvolver-se (Oliveira,1992, p.21).

No cenário brasileiro merece destaque a criação dos Parques Infantis (PI), criação de Mario de Andrade na década de 1930, durante sua atuação no Departamento de Cultura do município de São Paulo. Embora tenha mantido o caráter assistencialista, com promoção de saúde e alimentação, destinado ao atendimento de filhos das operárias, os Parques Infantis inovaram ao promover atividades educacionais, culturais e recreativas.

Ao implantar o PI, nessa proposta infância,

brincadeira e cultura são os eixos indissociáveis com rotinas de aprendizagem tendo como objetivo o desenvolvimento social da criança, contribuindo para a construção de uma pedagogia da infância.

Os Parques Infantis eram revelados e revelavam-se como territórios da infância e para a infância, onde meninos e meninas de diferentes idades poderiam conviver construindo culturas e deixando – se transbordar em todas as dimensões humanas (GOBBI, 2004, P.127).

A promulgação da Constituição de 1988 é um marco na educação infantil, o documento assegura, à criança, o acesso e permanência a educação, proíbe o trabalho infantil e responsabiliza o Estado à oferta da educação infantil, pelo planejamento e políticas públicas e sociais para essa modalidade.

Posteriormente, em 1990 mais um avanço devido à pressão dos movimentos sociais, é promulgada a lei 8.069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), uma legislação que ampara, que assegura direitos e protege de violência e do trabalho infantil.

As discussões sobre a situação da criança brasileira se intensificaram, logo foi sancionada a LDB 9394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Nessa direção, a Educação Infantil foi oficialmente reconhecida como primeira etapa da educação básica, rompendo definitivamente com o assistencialismo e passando a considerar a criança como sujeito histórico, social e de direitos, cujo desenvolvimento deve ser integral, contemplando os aspectos físicos, cognitivos, emocionais e sociais, assim a criança agora é protagonista do seu processo de aprendizagem.

GESTÃO DEMOCRÁTICA

Para analisar a gestão democrática na educação infantil precisamos primeiro entender a concepção de gestão democrática, sua elaboração nas políticas educacionais. O princípio da gestão democrática foi formalmente instituído com a promulgação da Constituição em 1988, que estabeleceu a participação da comunidade escolar na organização dos sistemas de ensino.

Desde o momento em que as instituições de educação infantil foram incorporadas no sistema de ensino, se fez necessário outra forma de organização e funcionamento e novas propostas de administração.

Essa nova forma de gestão se consolidou com a legislação educacional, com ênfase na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), que além de garantir o acesso e permanência na educação pública e gratuita, reconheceu a educação infantil como primeira etapa da educação básica e estabeleceu a gestão democrática como princípio orientador da administração escolar. A legislação assegura a participação da comunidade escolar, ou seja, pais, alunos, professores e funcionários no processo de tomada de decisões.

Nesse sentido, a gestão democrática impõe uma organização com o envolvimento dos sujeitos para proporcionar qualidade no processo de aprendizagem, esse sistema compreende que não é apenas o educando que aprende com a instituição e sim todos que participam seja direta ou indiretamente.

A gestão quando democrática visa a participação de todos os segmentos, alunos, famílias, professores, funcionários, o que implica assumir um posicionamento nas decisões, diante dos desafios muitas pessoas acreditam ser utopia a implantação desse sistema, conforme ressalta Paro (2016):

Toda vez que se propõe uma gestão democrática da escola pública básica que tenha efetiva participação de pais, educadores alunos, e funcionários da escola, isso acaba sendo considerado como coisa utópica [...] (PARO,2016, p.13).

Assim sendo, com um olhar voltado para a inviabilidade de concretizar a prática efetiva desse sistema, as instituições acabam por não fazer a opção por essa concepção, entretanto, temos que considerar os desafios, as dificuldades que se enfrenta para consolidar essa concepção, como pontua Paro (2016):

Uma sociedade autoritária, com tradição au-

toritária, com organização autoritária e, não por acaso, articulada com interesses autoritários de uma minoria, orientar-se na direção oposta à da democracia. [...] tornando difícil toda ação em sentido contrário [...]. O que não pode é tomar os determinantes estruturais como desculpa para não se fazer nada, esperando-se que a sociedade se transforme para depois transformar a escola [...] (PARO, 2016, p.26).

Nessa perspectiva, muitas instituições permanecem no sistema autoritário, perpetuando a tradição de que o autoritarismo é normal e eficaz. No entanto, a escola deve assumir seu papel como espaço formador de sujeitos críticos, participativos e conscientes de seus direitos e deveres (PARO, 2016).

Assim, a gestão democrática representa uma ruptura com práticas centralizadoras e hierarquizadas, ao propor a construção coletiva das decisões e a partilha do poder entre todos integrantes da comunidade escolar.

DESAFIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Quando se tem a iniciativa de aderir a gestão democrática é necessário ter consciência quanto à sua concepção e aos compromissos que ela impõe à organização institucional. Esse modelo de gestão pressupõe o envolvimento efetivo de diferentes sujeitos – professores, famílias, crianças, equipe gestora e demais funcionários – na definição das ações pedagógicas e administrativas da escola.

Podemos afirmar que há uma história de debates sobre a gestão democrática, o que significa que durante a composição histórica da consolidação desse conceito houve muitos avanços na compreensão do que é democracia na instituição escolar, pois não basta garantir acesso à educação; é necessário assegurar a participação ativa da comunidade nos processos decisórios que envolvam ensino e a aprendizagem.

No contexto das instituições de educação infantil, a gestão democrática assume papel ainda mais relevante, pois influencia diretamente a formação inicial das crianças. Esse enfoque é de grande relevância na formação da personalidade das crianças incentivando-as a desenvolverem sua autonomia, a cooperação, o respeito mutuo e a serem cidadãos participativos, conscientes de seus direitos e deveres. (LEONTIEV, 1978; BISSOLI, 2014):

Na infância se estabelecemos primeiros níveis da formação da personalidade do indivíduo. Leontiev(1978) afirma que este é o período espontâneo do desenvolvimento deste sistema. É nos primeiros anos de vida que a criança aprende valores, normas de conduta e capacidades especificamente humanas e torna – se capaz de expressar – se de maneira singular diante do mundo: ela forma uma consciência cada vez mais complexa sobre os objetos e seu conhecimento, sobre as relações humanas e, sobretudo, sobre si mesma (a autoconsciência) [...] (LEONTIEV apud BISSOLI, 2014, P. 590).

Nos primeiros anos de vida a experiência de conviver em um ambiente participativo favorece o desenvolvimento de sujeitos críticos, capazes de se posicionar diante do mundo e de agir de forma responsável no interior dos grupos sociais. A criança, desde cedo, deve ser reconhecida como sujeito ativo do processo educativo, com capacidades de expressar opiniões, fazer escolhas e participar, dentro de suas possibilidades, das decisões que envolvam sua rotina escolar.

Historicamente, a educação infantil, especialmente as creches, foram organizadas com objetivos assistencialistas para atender crianças em situação de vulnerabilidade social e econômica, destinada apenas para os cuidados das crianças, porém não significa que não recebiam algum tipo de educação seja ela, adequada ou não.

Com as transformações sociais e o reconhecimento da educação infantil como direito, ocorreu uma redefinição do papel dessas instituições, que passaram a assumir, de forma mais consistente, a função educativa.

Nesse processo de transição do assistencialismo para a concepção educacional a creche passou a ser denominada Centro de Educação Infantil (CEI), compreendendo a

criança como sujeito social, histórico e de direitos. O Currículo da Cidade da Educação Infantil reforça essa mudança:

Recriar a escola de Educação Infantil é superar compreensões assistenciais, compensatórias e antecipatórias, que priorizam a guarda, a proteção e a moralidade dos bebês e crianças assim como limitar – se à compreensão de que a Educação Infantil é um importante recurso para garantir as aprendizagens necessárias para o sucesso da criança na escola (SÃO PAULO, 2022, P.22)

Diante deste novo cenário, torna-se imprescindível a reorganização das práticas administrativas e pedagógicas, com a descentralização do poder e a valorização do diálogo. A efetivação da gestão democrática, articulada ao Projeto Político-Pedagógico, é condição fundamental para garantir a permanência da criança na escola, a qualidade do atendimento e o fortalecimento das relações humanas no ambiente educativo.

GESTÃO DEMOCRÁTICA E O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é o documento que materializa a gestão pedagógica e administrativa, esse documento revela a identidade da instituição, seus princípios, objetivos, valores e metas, sendo, portanto, a materialização concreta da proposta educacional construída coletivamente.

A elaboração do PPP está diretamente vinculada aos princípios da gestão democrática, pois sua construção exige a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, envolvendo equipe gestora, professores, funcionários, famílias e respeitadas suas possibilidades, as crianças.

Esse documento deve ser compreendido como um instrumento dinâmico, em constante reflexão, revisão e reconstrução no coletivo, pois é o elemento que orienta a organização pedagógica e administrativa garantindo a reflexão sobre as necessidades locais.

Na educação infantil, o PPP assume papel ainda mais significativo, pois organiza práticas que articulam indissociavelmente o cuidar e o educar, de acordo com o Currículo da Cidade Educação Infantil:

O Projeto Político Pedagógico deve ser um documento dinâmico que se constrói e reconstrói no coletivo em constante processo de reflexão, sendo, portanto, a história do percurso dos sujeitos que compartilham um mesmo território revelando princípios e práticas estabelecidas pela Unidade Educacional [...] A gestão da Unidade de Educação Infantil deve orientar – se por princípios da democracia, presentes no educar e cuidar, no acolhimento e nas relações cotidianas[...] (SÃO PAULO, 2022, P. 181).

Dessa forma, a participação coletiva na construção do PPP fortalece a partilha do poder e a corresponsabilização entre os sujeitos, promovendo o compromisso com as decisões tomadas. O exercício do diálogo entre as partes é essencial, promovendo a comunicação entre pessoas com diferentes formações e habilidades para a construção de um plano coletivo e consensual de ação. Essa participação de concretiza também por meio das instâncias colegiadas da escola, como o Conselho de Escola, Associação de Pais e Mestres (APM) e o Conselho de Classe.

Dessa forma, a gestão democrática e o PPP se constituem como dimensões indissociáveis da organização escolar, sendo fundamentais para a construção de uma educação infantil pautada na participação, no respeito, na autonomia e na formação integral da criança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso da construção deste trabalho, foi possível analisar a trajetória histórica da educação infantil e avanços conquistados no reconhecimento dessa etapa como a primeira fase da educação básica. Observou-se que esse percurso foi marcado por transformações significativas especialmente no que se refere à superação do caráter assistencialista e à afirmação da criança como sujeito de direitos.

Nesse contexto, a gestão democrática apresenta-se como uma das mais relevantes formas de organização do trabalho escolar, por

promover a participação ativa da comunidade nos processos decisórios e fortalecer as relações entre os sujeitos que compõem a instituição educativa. Sua efetivação contribui para um ambiente escolar mais justo, participativo e comprometido com a qualidade da educação.

As instituições de educação infantil têm papel relevante nesse processo, uma vez que atuam em um período decisivo para o desenvolvimento humano. É nesse momento que a personalidade da criança começa a se estruturar, sendo fundamental que ela vivencie experiências pautadas no diálogo, na cooperação, no respeito e na participação.

Nesse sentido, participar desde a primeira infância, de um ambiente democrático favorece a formação de sujeitos ativos, conscientes de seus direitos e deveres, capazes de intervir de forma ativa na sociedade. Assim, a gestão democrática ultrapassa os limites da organização administrativa e se consolida como um instrumento essencial de formação cidadã.

Portanto, investir na efetivação da gestão democrática na educação infantil é garantir não apenas o fortalecimento da escola enquanto espaço de aprendizagem, mas também a formação de cidadão participativos, comprometidos com a transformação social e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe — História Social da Criança e da Família. Tradução de Dora Flaksman. 2a ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

BISSOLI, Michelle de Freitas. “Desenvolvimento da Personalidade da Criança: O Papel da Educação Infantil”. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 19, n. 4 p. 587-597, 2014.

GOBBI, Márcia Aparecida. Desenhos de Outrora, Desenhos de Agora: os desenhos das crianças pequenas do acervo de Mário de Andrade. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação da Universidade de Campinas, 2004.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes [et al]. Creches: Crianças, Faz de Conta & Cia. Petropólis, RJ: Vozes, 1992.

PARO, Vitor Henrique. Gestão Democrática da Escola Pública. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SÃO PAULO (SP). SME/COPED. Currículo da Cidade - Educação Infantil, 2. ed., 2022.